

AS AÇÕES DA PSICOLOGIA DIANTE DAS SITUAÇÕES DE DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS

Data de submissão: 06/04/2023

Data de aceite: 02/06/2023

Nayara Rita Cardoso Campos

Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Alagoas.
Maceió – AL
<http://lattes.cnpq.br/1636721828213903>

RESUMO: A psicologia tem se aproximado cada vez mais das discussões sobre a área de riscos e desastres. O motivo de tal interesse são, além dos eventos cada vez mais frequentes, os diversos seminários, congressos e encontros do campo da psicologia que discutem o tema. O objetivo desta produção é mapear as ações da psicologia no contexto dos desastres socioambientais no Brasil, nos quais mineradoras estão envolvidas. Essa atividade tão presente na construção econômica do país, tem sido evidenciada nos últimos anos pelos desastres provocados, envolvendo rompimento de barragens e subsidência do solo. Os casos dos desastres ocorridos em Mariana e Brumadinho são o foco deste estudo. Caracteriza-se por um delineamento exploratório. A pesquisa norteou-se pelos pressupostos do movimento construcionista,

no qual o conhecimento é compreendido como o resultado de construções coletivas, produzidas por interações dialógicas e interativas das quais participamos cotidianamente. As práticas da psicologia encontradas no contexto dos desastres pesquisados estão associadas às várias políticas e instituições, aos Conselhos Regionais, o Conselho Federal de Psicologia, a Rede de Atenção Psicossocial, Secretarias Municipais de Saúde, Secretarias Municipais de Assistência Social e Universidades. A maioria das ações são norteadas pela perspectiva psicossocial, há também aquelas centradas na psicologia clínica individual. Não foram encontradas ações realizadas no contexto das políticas públicas de educação voltadas para as comunidades. Conclui-se que a Psicologia tem se inserido no contexto de desastres de maneira ativa e é convocada constantemente para se fazer presente.

PALAVRAS-CHAVE: psicologia, desastres, mineradoras

THE ACTIONS OF PSYCHOLOGY DURING SOCIAL AND ENVIRONMENTAL DISASTER SITUATIONS

ABSTRACT: Psychology has been getting closer and closer to discussions in the area of risks and disasters. The reason for such interest are, in addition to the increasingly frequent events, the various seminars, congresses and meetings in the field of psychology that discuss the topic. The objective of this production is to map the actions of psychology in the context of socio-environmental disasters in Brazil, in which mining companies are involved. This activity, so present in the economic construction of the country, has been evidenced in recent years by the disasters caused, involving dam bursting and soil subsidence. The cases of the disasters that occurred in Mariana and Brumadinho are the focus of this study. It is characterized by an exploratory design. The research was guided by the assumptions of the constructionist movement, in which knowledge is understood as the result of collective constructions, produced by dialogical and interactive interactions in which we participate daily. The psychology practices found in the context of the disasters surveyed are associated with various policies and institutions, the Regional Councils, the Federal Council of Psychology, the Psychosocial Care Network, Municipal Health Secretariats, Municipal Social Assistance Secretariats, and Universities. Most of the actions are guided by the psychosocial perspective, but there are also those focused on individual clinical psychology. No actions carried out in the context of public education policies aimed at the communities were found. We conclude that Psychology has been actively inserted in the context of disasters and is constantly summoned to be present.

KEYWORDS: psychology, disasters, mining

INTRODUÇÃO

Discussões sobre a áreas de risco e redução dos desastres acontecem nas Organizações Unidas (ONU), desde 1994, ano do primeiro plano para a criação de políticas de redução de desastres. Em 2002, na conferência Rio+10, em Joanesburgo, a assembleia presente identificou a necessidade de uma ação integrada que desse prioridade às vulnerabilidades, à avaliação de riscos e à gestão dos desastres. Essa avaliação ajudou a criação de um quadro de ações e da Declaração/Marco de Hyogo (RODRIGUES, 2010).

Esse marco formulou um quadro de ações, que deveriam ser realizadas entre os anos de 2005 e 2015 e foi adotado por 168 países membros das Nações Unidas. Nesse quadro de ações, é afirmada a responsabilidade dos Estados em proteger as populações dos desastres, assim como é apresentada uma estratégia internacional para promover uma cultura de prevenção, focalizada na redução de vulnerabilidades socioambientais (RODRIGUES, 2010).

Em 2015, ano limite para as ações promulgadas no marco de Hyogo, houve novamente a Assembleia do Escritório de Redução de Riscos de Desastres da ONU, realizada na cidade de Sendai, no Japão. Nessa assembleia foram observados os avanços e entraves do marco de Hyogo, um levantamento foi construído, durante os 10 anos do

marco, relacionado ao impacto dos desastres.

[...] Os desastres continuaram a produzir grandes custos e, como resultado, o bem-estar e segurança de pessoas, comunidades e países como um todo foi afetado. Mais de 700 mil pessoas perderam a vida, mais de 1,4 milhão de pessoas ficaram feridas e cerca de 23 milhões ficaram desabrigadas em consequência de desastres. No total, mais de 1,5 bilhões de pessoas foram afetadas por desastres de várias maneiras. Mulheres, crianças e pessoas em situação de vulnerabilidade foram afetadas desproporcionalmente. A perda econômica total foi de mais de US\$ 1,3 trilhões. Além disso, entre 2008 e 2012, 144 milhões de pessoas foram deslocadas por catástrofes (ONU, 2015, p. 04).

Esses números demonstram a necessidade e a importância de estratégias para redução de desastres. Uma das lições, aprendidas com o Marco de Hyogo, resulta da compreensão de que para tais estratégias se efetivarem é necessária uma abordagem mais ampla e centrada nas pessoas, que previna os riscos de desastres e inclua-as no seu gerenciamento.

[...] As partes interessadas, inclusive mulheres, crianças e jovens, pessoas com deficiência, pessoas pobres, migrantes, povos indígenas, voluntários, profissionais da saúde e idosos na concepção e implementação de políticas, planos e normas. É necessário que os setores público e privado e organizações da sociedade civil, bem como academia e instituições científicas e de pesquisa, trabalhem em conjunto e criem oportunidades de colaboração, e que as empresas integrem o risco de desastres em suas práticas de gestão (ONU, 2015, p. 05).

Nessa assembleia ficou demarcado um novo marco, o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres, com atuação entre os anos de 2015 a 2030. Esse marco tem as seguintes prioridades: compreensão do risco de desastres; fortalecimento da governança do risco de desastres para gerenciar esse risco; investimento na redução do risco de desastres para a resiliência; melhoria na preparação para desastres, a fim de providenciar uma resposta eficaz e melhorar a recuperação, reabilitação e reconstrução.

Ao deslocar o foco desse âmbito geral do tema para a Psicologia, os estudos no campo da saúde mental, que se interessaram pelo tema de desastres e áreas de risco, têm datado o ano de 1909, como um dos primeiros, em que o psiquiatra Edward Stierlin desenvolveu os primeiros ensaios para o entendimento de questões relacionadas às emoções das pessoas envolvidas em desastres. Outra datação é de 1917, em que houve o desastre de Halifax (Canadá), causado pelo choque acidental entre um navio francês cheio de explosivos e um navio Belga. Esse choque causou um tsunami que atingiu parte da capital da província da Nova Escócia (Canadá) e nesse contexto foram estudadas as variáveis psicológicas envolvidas. Tais pesquisas foram realizadas por Samuel Price (CARVALHO; BORGES, 2009).

A psicologia no Brasil, enquanto profissão, é institucionalizada e para o desenvolvimento de suas práticas tem regras. Uma delas é o descrito no código de ética art

1º: “d) Prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência, sem visar benefício pessoal” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005, p. 08).

A disciplina tem se aproximado cada vez mais das discussões sobre a área de riscos e desastres. Os exemplos de tal interesse, além dos eventos cada vez mais frequentes, são os diversos seminários, congressos e encontros do campo da psicologia que discutem o tema, como I Congresso de Psicologia das Emergências e dos Desastres em Lima, Peru, 2002, a criação da Sociedade Chilena de Psicologia das Emergências e Desastres – SOCHPED, 2004 e o I Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres, em uma parceria entre a Secretaria Nacional de Defesa Civil e o Conselho Federal de Psicologia, dessa vez no Brasil, em 2006 (CARVALHO; BORGES, 2009).

No Brasil, a gestão de áreas de riscos socioambientais e desastres é regulamentada pela Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDC), instituída pela Lei no 12.608 de 2012 (BRASIL, 2012), que dispõe as ações classificando-as em preventivas, mitigadoras, resposta e recuperação. Entre essas ações valorizam aquelas que se caracterizam como de prevenção e a participação da sociedade civil na gestão dessas ações.

Esses espaços de discussão sobre emergências, desastres que englobam a área de risco, apontam o interesse das/os psicólogas/os em se inteirar desses assuntos, a fim de realizarem práticas conectadas com esses contextos, pois os riscos de desastres se tornam cada vez mais frequentes.

O foco deste trabalho é mapear ações da psicologia no contexto dos desastres socioambientais envolvendo mineradoras no Brasil, haja visto os eventos ocorridos do ano de 2015 para cá: o rompimento de uma barragem em Mariana, MG (2015) e Brumadinho, MG (2019). Sendo mapeado sobre a ligação das mineradoras com os desastres socioambientais, suas ações e discussões que surgem para as práticas da psicologia nesses contextos.

Esse texto seguirá a seguinte estrutura: A relação entre desastres socioambientais e mineradoras e os eventos ocorridos na cidade de Mariana e Brumadinho, o mapeamento das ações em que a psicologia esteve inserida no pós desastres nestes eventos, a discussão sobre essas ações e por fim, as conclusões possíveis.

DESASTRES E MINERADORAS

As atividades de mineração no Brasil iniciaram no século XVI, quando os bandeirantes colonizadores encontraram os primeiros minérios de ouro nos arredores da atual região metropolitana de São Paulo. Essa atividade permitiu algumas transformações como formação de cidades em volta da prática de mineração, criação de rotas comerciais e no século XVIII houve uma expansão dessa atividade de mineração de ouro e diamante em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Durante esse período, o Brasil se tornou o maior produtor de ouro do mundo (WANDERLEY, 2019).

A atividade de mineração não ficou restringida às práticas passadas. Em 2017, o país foi o segundo maior exportador de minérios, com 11% do valor total das exportações mundiais, atrás apenas da Austrália. A produção brasileira está em primeiro lugar mundial na extração de nióbio (WANDERLEY, 2019). Essa atividade tão presente na construção econômica do país, tem sido evidenciada nos últimos anos pelos desastres provocados, desastres esses que são nossos estudos de casos: Mariana e Brumadinho.

Os dois primeiros casos caracterizaram-se pelo rompimento de barragens e o último ainda que nomeado como um risco de desastre, identifiquei como um desastre em andamento, causado pela exploração mineral, que está provocando o afundamento do solo.

As barragens são estruturas, feitas em cursos de água, que possuem o objetivo de conter ou acumular grandes quantidades de substâncias líquidas ou misturas de líquidos e sólidos. Suas principais finalidades são: o abastecimento de água, produção de energia elétrica e prevenção de enchentes. Já na mineração, as barragens de rejeitos são utilizadas para conter alguns resíduos (água mais resíduos sólidos) que devem ser armazenados para evitar danos ambientais à natureza. As barragens em questão foram construídas da mesma maneira, à montante (POLITIZE, 2019).

Há duas maneiras para uma barragem se romper. A primeira diz respeito aos fenômenos ambientais de larga escala, como tsunamis e tempestades. E a segunda é por falha humana, seja no planejamento da construção ou falta de manutenção adequada, sendo este o maior motivo de rompimento de barragens no mundo. No Brasil, o órgão responsável por fiscalizar barragens de rejeitos é a Agência Nacional de Mineração (ANM) e há também a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), criada pela Lei nº12.334/10 (POLITIZE, 2019).

No último relatório da ANM (2017), consta que o Brasil tem 24.092 barragens cadastradas pelos órgãos fiscalizadores, sendo que 58% delas estão regularizadas e apenas 18,7% possuem pelo uma das características descritas na Política Nacional de Segurança de Barragens (POLITIZE, 2019). Esses dados mostram a fragilidade da segurança no processo de mineração no país, alertando sobre a necessidade de uma responsabilização maior dos órgãos governamentais na fiscalização e regularização das barragens.

CASOS

Neste item será exposto detalhes sobre os eventos dos desastres socioambientais que são foco desta pesquisa, com datas específicas e alguns desdobramentos.

Mariana

Em 05 de novembro de 2015. Houve um rompimento da barragem de rejeitos de mineração chamada de “Fundão” localizada na cidade de Mariana, Minas Gerais. Barragem

controlada pela Samarco Mineração S.A¹, um empreendimento conjunto das maiores empresas de mineração do mundo, a brasileira Vale S.A². e a anglo-australiana BHP Billiton³. Esse rompimento provocou 19 mortes e ainda há um desaparecimento, destruiu casas e o mar de lama dos rejeitos, devastou o Rio Doce e atingiu o oceano no Espírito Santo (G1,2020).

O rastro da lama causou a destruição das comunidades de Pedras, Camargos, Borba, Ponte do Gama, Campinas, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues em Mariana. Atingiu a cidade de Barra Longa e seguindo o leito do Rio Doce, chegou às cidades de: Sem Peixe; Rio Doce; Santa Cruz do Escalvado; Rio Casca; São Domingos da Prata; São José do Goiabal; São Pedro dos Ferros; Dionísio; Raul Soares; Córrego Novo; Pingo D'Água; Mariléia; Bom Jesus do Galho; Caratinga; Timóteo; Santana do Paraíso; Bugre; Iapu; Coronel Fabriciano; Ipaba; Ipatinga; Belo Oriente; Naque; Periquito; Sobrália; Fernandes Tourinho; Alpercata; Tumiritinga; Galileia; Conselheiro Pena; Resplendo; Itueta, Aimorés. Ainda, atingiu no Espírito Santo as cidades: Baixo Guandu, Colatina e Linhares, Serra, São Mateus, Aracruz até o litoral da Bahia. Destacamos que mesmo passados mais de quatro anos do rompimento de Fundão, os danos causados ainda são incertos em sua totalidade, podendo existir outras cidades ou comunidades atingidas que não estão contempladas nesta listagem. (BARRETO; ROSA; MAYORGA, 2020, p.2)

Essa listagem dá a dimensão do impacto da tragédia. Logo após o rompimento do Fundão, as empresas responsáveis classificaram o evento como um acidente que, teoricamente, foi provocado por abalos sísmicos. Este fato logo foi descartado no processo de investigação e encontram falhas estruturais, em Fundão, desde o início das suas operações no ano de 2008 e que levaram ao seu colapso (BARRETO; ROSA; MAYORGA, 2020).

Apesar de conceber nesse trabalho como um desastre socioambiental,

Surgiram outras nomeações, como "acidente de trabalho com graves repercussões socioambientais", termo cunhado pelo Ministério do Trabalho de Minas Gerais. "Desastre natural", classificação feita pela então presidenta Dilma Rousseff seis dias após o rompimento de Fundão para que os atingido(a)s pudessem fazer o saque de seu Fundo de Garantia sobre Tempo de Serviço (FGTS). "Desastre tecnológico", especificação feita por estudiosos e especialistas da área da sociologia dos desastres, que entendem o rompimento de Fundão como sendo efeito da ação e negligência humana, na qual as empresas são responsáveis pelo dano (BARRETO; ROSA; MAYORGA, 2020, p.3).

1 A Samarco é uma empresa que atua no segmento de mineração, uma joint venture de propriedade da Vale e BHP Billiton, tem por sede Belo Horizonte -MG. Tendo como principal produto as pelotas de minério de ferro, matéria-prima para a produção de aço pela indústria siderúrgica. Para mais informações: <https://www.samarco.com/>

2 A Vale se fundou como uma estatal Companhia Vale do Rio Doce, e hoje é uma empresa privada. Atuam no campo de mineração e em logística com ferrovias, portos, terminais e infraestrutura de última geração, em energia e em siderurgia. Para mais informações: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/Paginas/default.aspx>

3 A BHP tem sede em Melbourne, Austrália. Focados nos recursos em cobre para energia renovável. Níquel para veículos elétricos. Potássio para agricultura. Minério de ferro e carvão metalúrgico para o aço necessário à infraestrutura global e à transição energética. Para mais informações: <https://www.bhp.com/about>

Brumadinho

Uma tragédia similar ocorreu em Brumadinho, Minas Gerais. Em 25 de janeiro de 2019, a barragem 1 da mina Córrego do Feijão, da mineradora Vale S.A., rompeu-se, desencadeando também uma avalanche de lama. A proporção de fatalidade foi superior ao caso de Mariana, pois até 1º de fevereiro de 2019 haviam sido confirmadas 110 mortes. Os rejeitos da mineração atingiram o rio Paraopeba, que é um dos afluentes do rio São Francisco. A grande quantidade de lama torna a água imprópria para o consumo além de desencadear grande mortandade de animais e plantas aquáticas (UOL, *s.d*).

Apesar do desastre ter ocorrido em 2019, apenas em novembro desse ano (2021), a Polícia Federal finalizou suas investigações sobre o rompimento da barragem de rejeitos da Vale S/A. Segundo essa apuração crimes ambientais foram cometidos pelas empresas responsáveis pela barragem que se rompeu e a empresa TÜV SÜD⁴, o inquérito da investigação aponta que houve crime de poluição, contra a fauna terrestre e aquática, a flora, contra os recursos hídricos e o delito de declaração falsa perante a ANM. Além das empresas, outras 19 pessoas - engenheiras/os, gerentes, diretoras/es e consultoras/es - foram indiciadas pela Polícia Federal e atualmente o caso está sob análise do Ministério Público Federal para a adoção de possíveis medidas judiciais (AUGUSTO, 2021).

MAPEAMENTO DAS AÇÕES

Neste tópico, apresentamos o mapeamento das ações que foram desenvolvidas nos pós desastres em que a psicologia se implica ou pode estar implicada nos casos de desastres socioambientais de mineradoras que descrevemos anteriormente.

Um mapa em linhas gerais são representações esquemáticas de uma realidade que nos facilitam a identificar, sinalizar, conhecer e encontrar aquilo que está sendo representado. Porém, tratando-se de ações em eventos como os desastres, os mapas podem conter mais ou menos daquilo que aconteceu, haja visto que nem tudo que de fato acontece é documentado, publicado ou de fácil acesso. Ficamos a mercê de encontrar os rastros das atividades executadas, tal qual João e Maria no conto de fadas dos irmãos Grimm, o que requer uma busca mais flexível e atenta aos caminhos delineados, podendo ser em alguns momentos até uma busca reticulada⁵.

Essa busca pelas ações caracteriza-se por um delineamento exploratório por meio do estudo dos casos Mariana e Brumadinho, na qual segue uma orientação da literatura acadêmica produzida sobre os casos e, principalmente, segue as notícias midiáticas em

4 TÜV SÜD Brasil engenharia e consultoria LTDA é um provedor global de serviços de auditoria, certificação, e gestão de risco e foi uma das empresas responsáveis pela auditoria da barragem 1 da mina Córrego do Feijão. Para mais informações: <https://www.tuvsud.com/pt-br>.

5 Busca reticulada ou pesquisa reticulada, consiste em seguir uma rede de informações através de um documento inicial, a exemplo de pesquisas desse gênero, são aquelas que procuram nas referências de um documento inicial outras pesquisas e nessas outras pesquisas, encontram mais outras, e assim cria-se uma rede de informações sobre determinado tema.

portais de notícias e declarações do governo e instituições.

A pesquisa norteou-se pelos pressupostos do movimento construcionista, que se opõe aos modelos básicos do conhecimento, nas quais carregam o dualismo sujeito-objeto e a concepção naturalizada do saber. Kenneth Gergen (2009), um dos propositores da perspectiva construcionista, provoca indagações sobre os conhecimentos postos como óbvios, imutáveis, inquestionáveis, em que abarca o fenômeno e o compreende como um processo automático, mas compreende como uma linha de uma ciência polissêmica e voltada para o cotidiano, para as relações concretamente constituídas e compreendendo o conhecimento como produção de um “intercâmbio social”.

[...] O construcionismo social não oferece “a verdade através do método”. As ciências têm estado, em grande medida, encantadas pelo mito de que a aplicação assídua de um método rigoroso pode produzir fatos incontestáveis – como se o método empírico fosse algum tipo de moedor de carne no qual se produziria a verdade como salsichas (GERGEN, 2009, p. 316).

Dessa maneira o mapeamento das ações focaliza nos aspectos históricos e culturais - processo pelo qual as pessoas agem, negociam, mobilizam e constroem o mundo em que vivem. Haja visto que o conhecimento é resultado de construções coletivas, produzidas por interações dialógicas e interativas das quais participamos cotidianamente (GERGEN, 2009).

Assim seguimos as ações acessadas nas mídias sociais, como o navegador on-line *Google*, *Google Scholar* e a rede social *Instagram* e para uma visualização específica de cada caso, são apresentados separadamente no tópico a seguir.

DISCUTINDO AS AÇÕES

A primeira página que aparece ao colocar “Práticas da psicologia no caso da barragem em Mariana” no site de busca *Google*, é do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG) com uma matéria sobre o evento “Psicologia em foco” que ocorreu em 02 de outubro de 2019, cujo tema foi “Saúde Mental e suicídio em contextos de atingidos por barragens”.

Apesar da matéria ser curta, a tecnologia não nos decepciona e encontramos nela o evento gravado de maneira íntegra o que nos permite ver e rever as falas. Participaram como convidadas/os da mesa Maíra Almeida Carvalho, psicóloga, na época, mestranda em Psicologia Social, referência técnica da equipe Conviver – equipe de saúde mental específica para o acompanhamento dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana (MG); e Rodrigo Chaves Nogueira, psicólogo, coordenador clínico da Saúde Mental de Brumadinho e membro da equipe técnica da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais. Inicialmente, atentamo-nos ao que a Maíra traz sobre as ações da equipe conviver e suas perspectivas sobre a atuação da psicologia em contextos dos desastres, por sua atuação ter sido na cidade de Mariana.

Maíra em sua fala durante o evento evidencia que as ações de resposta e recuperação ressaltam apenas os danos materiais e isso provoca o apagamento das experiências e o valor subjetivo de cada um das/os atingidas/os pelo desastre. Apesar do tema do evento do CRP-MG ser sobre a saúde mental, a pesquisadora comenta sobre os diversos aspectos que devemos considerar ao lidar com essas ações em desastre. Segue a fala:

Ao falar de saúde mental nesses contextos é urgente extrapolar as perspectivas individualistas e biomédicas para pensar sobre o sentimento de injustiça atravessado sobre um crime-desastre que poderia ser evitado. Para pensar no sofrimento social provocado pela extinção de objetos sociais que enlaçam as comunidades - igrejas, associações, espaços comunitários. Para pensar, também, no sofrimento ambiental que deixa populações e sujeitos sem se sentirem pertencentes em um outro lugar, além das contaminações dos rios. [...] Na dor moral de ter seus direitos negados nos processos de negociações com as grandes causadoras dos danos e, por fim, de ter a sensação de que suas rotinas e cotidiano foram atravessados por diversos atores, movimentos, instituições, pesquisadores e terceirizados que irão discursar sobre o que, agora, é melhor para a vida delas. (CRP-MG, 2019)

A equipe Conviver, da qual Maíra faz parte, é um serviço de atenção psicossocial desenvolvido para assistir os atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, em 2015. O Conviver conta com profissionais de Assistência Social; Música; Psicologia; Psiquiatria e Terapia Ocupacional. Conviver é ligado à Atenção Psicossocial (RAPS) do município de Mariana e realiza ações como roda de conversas, apoio à comissão de atingidos pela mineração, que são as lideranças que representam a comunidade nos espaços deliberativos e de manifestações; A conviver também tem atividades de artesanato, música, atendimentos psicológicos e psiquiátricos (PREFEITURA DE MARIANA, 2019).

Com as casas abaladas pelas lamas e a impossibilidade de voltarem a morar em seus lares, em novembro de 2015, a cidade de Mariana recebeu um pouco mais de 1000 novos habitantes que foram realocados pela empresa, a Fundação Renova, que hoje responde pelas ações de reparação da mineradora e de suas controladoras, Vale e BHP Billiton. Renova realocou as pessoas para imóveis temporários em Mariana, enquanto constroem casas para as famílias que foram atingidas. O prazo para a entrega das casas era o ano de 2019 (MOTA, 2017), porém até o momento de escrita desta pesquisa, as casas não foram entregues.

As famílias que perderam suas casas eram todas da zona rural e tiveram dificuldades de adaptação à rotina “provisória”, com os preços das mercadorias no espaço urbano. Houve o aumento do desemprego no município, que saltou de 5% para 23%, desde que as atividades da Samarco foram suspensas, segundo dados do Sistema Nacional de Emprego (Sine) local, e não demorou para que algumas pessoas pedissem o retorno das atividades da mineradora, pois ela atuava há 44 anos na região e respondia por 89% da arrecadação do município, entre tributos pagos diretamente e recolhidos de forma indireta (MOTA, 2017).

Esses conflitos com relação às mudanças de endereço implicaram com a noção de

pertencimento e de senso de comunidade. Essas indagações fizeram com que surgisse uma pesquisa em psicologia social nesse contexto, apresentada no artigo “Comunidades sujas de lama: da destruição à ressignificação e a resistência em Mariana/MG” das pesquisadoras Leticia Barreto, Débora Rosa e Claudia Mayorga. Nesse trabalho, analisaram os efeitos do desastre por parte dos atingidos e os meios de resistência empreendidos em defesa dos territórios, que ajudam a recriar o sentimento de comunidade, que se mostra principalmente na manutenção do vínculo com o espaço físico devastado (BARRETO; ROSA; MAYORGA, 2020).

Esse estudo ressalta, que o desastre não foi suficiente para apagar o sentido de comunidade vivido pelos/as moradores/as, que, em contrapartida, encontraram reafirmação da pertença, muitas vezes, romantizando as memórias do antigo lugar. Apontam a necessidade da presença delas/es nos territórios devastados, enquanto forma de elaborar a tragédia e ressignificá-la (BARRETO; ROSA; MAYORGA, 2020). Assim poderão ocupar novos espaços sem comparação com o antigo lar e não se transformar em um mártir.

Com o desastre socioambiental do rompimento da barragem, houve a criação do “Plano Municipal de Planejamento e Gerenciamento de Ações de Recuperação em Saúde após o rompimento da Barragem de Rejeito da Samarco em Bento Rodrigues, Mariana – MG”, que foi atualizado em 2019. Esse plano tem os direcionamentos para ações tais como: Estratégia de Saúde da Família; Saúde Mental; Vigilância em Saúde; Assistência Farmacêutica e Laboratorial; Medicamentos e Materiais Médicos não contemplados na relação municipal de medicamentos para atender as especificidades relacionadas ao rompimento da Barragem e Educação Permanente em Saúde/Capacitação (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA; SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, 2019).

Nesse documento, identificamos a ausência de psicólogos/os no quadro de recursos humanos referente às ações voltadas para a Estratégia de Saúde da Família, em contrapartida há nove psicólogas/os nas ações voltadas para a saúde mental. Nesse tópico destacamos a seguinte narrativa:

O atendimento em Saúde Mental à população atingida vem sendo desenvolvido a partir de ações e estratégias construídas e transformadas desde o rompimento da Barragem de Fundão em conformidade com as peculiaridades e especificidades apresentadas ao longo desse período. O atendimento a essa população começa a ser realizado utilizando os recursos, dispositivos e estrutura já disponíveis na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e na Rede de Atenção à Saúde do Município em ações que contemplam os serviços de referência em saúde mental, a Rede de Atenção Básica (através do apoio matricial) e demais estratégias intersetoriais em articulação com outras políticas públicas. (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA; SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, 2019, p. 38)

Fica visível a organização da rede para ações voltadas para promoção de saúde mental, através do município. As atividades a serem desenvolvidas proposta no documento são: atendimento ambulatorial das famílias atingidas; criação e condução de grupos

terapêuticos e oficinas em espaços intersetoriais; acompanhamento domiciliar para pacientes e/ou familiares com essa demanda; Acompanhamento Terapêutico; suporte às equipes dos dispositivos de referência da rede de atenção psicossocial do município – CAPS I e CAPSi – CRESCER; suporte matricial às equipes de saúde da família mais impactadas pelo processo de realojamento das famílias e intervenções e suporte psicossocial no contexto escolar (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA; SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, 2019).

O tópico de saúde mental ainda menciona a equipe Conviver e suas ações voltadas para o acompanhamento das famílias atingidas pelo desastre, que se deslocaram de forma forçada dos distritos rurais para a sede urbana da cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA; SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, 2019).

As ações, apresentadas no plano, têm o período de vigência de até três anos, após o reassentamento das comunidades atingidas, entretanto ainda não foi iniciado e, indica os responsáveis pelas ações:

- Compete à Secretaria Municipal de Saúde de Mariana o gerenciamento, planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações de atendimento em saúde à população atingida, bem como a gestão, coordenação e supervisão do trabalho executados pelos profissionais e empresas contratados para atendimento à população;
- À Fundação Renova, bem como suas mantenedoras, compete exclusivamente a cessão de infraestrutura físico-material, financeira e recursos humanos necessários à execução das ações, acompanhando o desenvolvimento das ações através dos indicadores de avaliação e monitoramento acordados entre as partes. (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA; SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, 2019, p. 55)

As ações aqui sinalizadas sobre o caso Mariana, foram sumariamente de resposta e recuperação ao desastre. Há um delineamento de ações construídas conjuntamente com as/os atingidas/os, relatado pela psicóloga Maíra da equipe Conviver, durante o evento do CRP-MG, sobre o apoio à comissão de atingidos pela mineração, que são as lideranças que representam a comunidade nos espaços deliberativos e de manifestações. Entretanto, não foi identificado como é feito esse apoio e até que ponto há a contribuição da comissão nas atividades desenvolvidas pela equipe.

Ressaltamos que a participação das pessoas atingidas pelos desastres na formulação de estratégias, planos e políticas é defendido tanto no Marco de Sendai (ONU, 2015), quanto na Política Nacional de Defesa Civil (BRASIL, 2012), além disso, as ações devem ser operadas de maneira que não caiam em uma postura assistencialista aos/as envolvidos/as, que são por vezes monitorados/as e acabam por não aderirem aos planos e ações planejadas (CAMPOS et al, 2020).

Nessas ações, a psicologia está em discussões e práticas sobre saúde mental, traçadas muito bem na rede de Atenção Psicossocial e no fortalecimento do empoderamento

das comunidades, principalmente as realocadas, mas não são visualizadas a psicologia conjuntamente com as políticas de assistência social e de educação. Distante também das ações de gerenciamento do desastre e das propostas mitigadoras e de prevenção.

Retomando o evento “psicologia em foco” (2019) do CRP-MG, destacamos as falas de Rodrigo Chaves Nogueira, psicólogo, coordenador clínico da Saúde Mental de Brumadinho e membro da equipe técnica da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais.

Rodrigo inicia dizendo que quem aprendeu com Mariana não foram as mineradoras, mas sim a população e as/os profissionais, pois nenhuma ação que prevenisse o desastre, havia sido executada, pelas/os maiores responsáveis pelo desastre.

[...] Para falar sobre saúde mental precisamos primeiro nos localizar no contexto temporal, social, territorial e, fundamentalmente, afetivo e emocional da população da cidade (Brumadinho). [...] Estamos em um território devastado por um crime, uma tragédia humana, um absurdo que provoca mudanças afetivas, culturais e sociais grandes. [...] Não é crime o que aconteceu, é um crime em acontecimento, a tragédia ainda está em andamento (CRP-MG, 2019).

Para qualquer prática psicológica, incluindo as de saúde mental, necessita-se primeiro de um contexto e nesse caso, Brumadinho, compreender que o desastre não se resume ao rompimento da barragem e suas perdas materiais, mas também estar atento às mudanças afetivas, culturais e sociais provocadas pelo rompimento. Dessa maneira, não existe um pós desastre, mas fenômenos que se seguem e que podem culminar em outras tragédias de diferentes proporções, como a busca de pessoas que ficaram desaparecidas por meses, a luta por indenização justa e a manutenção de uma vida, em um novo território.

O psicólogo Rodrigo expõe que durante as primeiras horas foram estabelecidos plantões, barracas nas ruas, no CAPS (Centro de Atendimento Psicossocial), em hospitais, na UPA (Unidade de Pronto Atendimento) e na Zona Quente, onde foram as buscas das/os desaparecidas/os durante o rompimento da barragem. O profissional sinalizou em sua fala que os primeiros cuidados psicológicos não são ofertados necessariamente por profissionais da saúde mental, mas por pessoas que tem conhecimento da situação e pode oferecer naquele momento: segurança, conforto, água, alimentação, informações precisas (CRP-MG, 2019)

Pontuou também, que as/os voluntárias/os não souberam fazer esse trabalho de acolhimento nos primeiros cuidados psicológicos, pois houve uma invasão absoluta delas/es que não possibilitaram que as pessoas fossem recolhidas em suas elaborações, sofrimento, luto... pois as/os voluntárias/os entravam nas casas, rompendo a privacidade e se oferecendo.

O presidente da Vale teve uma fala infeliz, porque é uma fala mentirosa, que traz o capitalismo *versus* população. Ele fala “Nós vamos contratar os profissionais de São Paulo para cuidar da população de Brumadinho, porque o SUS não sabe, não dá conta de cuidar dessas situações”. Nós (profissionais da rede pública) temos que mostrar dia a dia que sabemos,

que estamos preparados. Nós é que estamos no território, que conhecemos o território e somos reconhecidos pelo território. As pessoas que chegaram não conheciam. As pessoas do Einstein estão casteladas em São Paulo não sabem o que acontece no parque da cachoeira, não conhecem o rio de Paraopeba, não sabiam que era um rio vermelho antes da tragédia, não sabem traçar pelas trilhas de Brumadinho. Então, dia a dia temos que demonstrar que nos capacitamos, que estamos constantemente nesse cuidado dentro da perspectiva psicossocial, que o cuidado deve ser feito reconhecendo o território com o que a comunidade pode fornecer (CRP-MG, 2019).

Essa fala, revela as tensões e desconfortos da relação entre as práticas postas pela empresa Vale e a atuação das/os profissionais de serviço público que dentro da rede de atendimento não só conhecem o território, mas fazem parte dele, como também foram atingidos pelo desastre e acreditam que a melhor maneira de manejar as ações durante o desastre, é por aquelas/es que conhecem e são reconhecidas/os pelo desastre.

Ainda no site do CRP-MG encontramos uma das primeiras ações do conselho diante do desastre do rompimento da barragem em Brumadinho. O rompimento ocorreu em 25 de janeiro de 2019. No dia 07 de fevereiro de 2019, foi publicado uma matéria no site com o seguinte título: “Ação em Brumadinho realça a atuação plural da Psicologia”. Refere-se à ação de preenchimento de um formulário de demandas das famílias atingidas pelo rompimento da barragem da Mina do Feijão (CRP - MG, 2019).

Não encontramos o conteúdo desse formulário, mas segundo o que é trazido na matéria ele tem por objetivo auxiliar a Secretaria de Impacto Social com o levantamento das demandas urgentes das famílias e da comunidade, possibilitando mapear as demandas e as urgências da população de maneira mais precisa e individualizada. Bernardo Dolabella, psicólogo voluntário tem algumas falas transcritas na matéria:

A população está extremamente fragilizada e muitas vezes começando a assimilar o ocorrido. A presença do profissional de psicologia ameniza, por meio de uma escuta empática e qualificada, possíveis efeitos colaterais dessa coleta, já que atuamos de forma não invasiva e buscando ao máximo a não revitimização da população. Além do cuidado e proteção da população, nossa formação nos auxilia a lidar com todo o conteúdo traumático que surge durante as entrevistas, permitindo a realização do trabalho de maneira mais efetiva e menos danosa para nosso próprio psiquismo. A escuta qualificada vem permitindo identificar outras demandas que não se apresentam de forma tão óbvia (CRP - MG, 2019).

E também:

É possível pensar de maneira clínica e identificar traumas, depressões, ansiedades, e vários outros transtornos emergindo da população. Existe uma preocupação muito grande acerca da saúde mental dessas pessoas, e das possíveis maneiras de se auxiliá-las a lidar com os fatos (CRP - MG, 2019)

Essas falas destoam da perspectiva psicossocial trazida pelo psicólogo Rodrigo, no evento do CRP -MG, em outubro do mesmo ano, pois a abordagem individual e em busca de identificar traumas, depressões, ansiedades e transtornos, não considera

as representações envolvidas nas definições de um desastre, enquanto um processo histórico, vinculado às relações políticas e sociais expressas nos territórios, que busquem uma promoção coletiva da autonomia e da cidadania (BENEVIDES, 2015).

[...] o suporte psicossocial pode ser compreendido como o processo de facilitação à resiliência dos indivíduos, das famílias e das comunidades, em que busca neste processo o respeito a autonomia e a dignidade, favorecendo as estratégias de enfrentamento das situações vivenciadas. Chamamos atenção para a importância de que antes de se planejar uma ação de suporte psicossocial, é necessário que a comunidade se expresse e defina suas prioridades (BENEVIDES, 2015, p.55).

O próprio texto da matéria do CRP- MG expõe a situação de que há nesse tempo a atuação de líderes comunitários em contato com os órgãos públicos, reivindicando cuidados para a população e auxiliar a atuação dos órgãos governamentais e a comunidade que se articula, se ajuda, se protege e se conforta (CRP - MG, 2019). Ou seja, a própria população já tem estratégias que podem ser valorizadas através do auxílio das/os profissionais da psicologia, ou até mesmo acompanhar esses diálogos para compreender o que a população coloca enquanto prioridade e assim, traçar ações mais específicas ao contexto apresentado.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) também esteve presente nas ações com relação ao desastre de Brumadinho, em fevereiro de 2019. Além de apoiar e acompanhar as ações do Conselho Regional de Minas, organizou “Oficinas de Orientação da Psicologia em Emergências e Desastres”, oficinas direcionadas às psicólogas/os, conselheiras/os, membros de comissões de emergências e desastres, trabalhadoras/es dos municípios atingidos e para a população interessada, destacando as famílias das vítimas e sobreviventes (CFP, 2019).

Outras ações do CFP foram acessadas, todas fruto da a 313ª reunião do Conselho Nacional de Saúde (CNS), ocorrida 31 de janeiro de 2019, na qual visualizaram o trabalho das/dos psicólogas/os no atendimento às vítimas da tragédia da mineradora Vale, nessa reunião gerou-se uma cronologia de ações sendo elas:

- Reuniões locais entre as/os autoras/es envolvidos na organização da resposta em saúde mental discutindo a possibilidade de implantação de equipe multiprofissionais de atenção especializada em saúde mental no município de Brumadinho e entorno que têm populações atingidas.
- Equipes de Práticas Integrativas e Complementares de Saúde indo ao município para ampliar a oferta de profissionais que estão atuando na resposta ao desastre.

No artigo intitulado “O impacto na saúde mental dos afetados após o rompimento da barragem da Vale” (NOAL; RABELO; CHACHAMOVICH, 2019), analisa que as estratégias de saúde mental e atenção psicossocial utilizadas em Brumadinho têm por base diversas referências, tais como:

[...] O Marco de Sendai, os guias e protocolos da Organização Mundial da Saúde para situações de desastre, as políticas públicas regulamentadas dos três entes federados, as orientações do Conselho Federal de Psicologia para as intervenções em desastres, e também considerou-se as especificidades da população afetada.

Como público alvo dessa estratégia, considerou-se as equipes de saúde do SUS, para que as mesmas fossem sensibilizadas sobre como elaborar estratégias psicossociais e de saúde mental para atender à população de Brumadinho, bem como para que os profissionais identificassem sofrimento psíquico na população diretamente atendida, além de suas próprias equipes. Foram capacitados ainda socorristas, voluntários e trabalhadores que estiveram em contato direto com a lama (NOAL; RABELO; CHACHAMOVICH, 2019, p. 04).

Essa organização e as referências apresentadas, demonstram uma responsabilidade assumida das/os profissionais de atuar no contexto de desastres, como dito por Rodrigo Chaves Nogueira, psicólogo que se apresentou no debate “psicologia em foco” do CRP-MG (2019). É necessária, uma capacitação contínua sobre as práticas *psi* em frente aos desastres, atentas ao territórios e saberes das comunidades. Postura que reflete nas reportagens e nos textos acadêmicos sobre as ações da psicologia em Brumadinho. Apesar de uma fala voltada a uma abordagem clínica e individual, esta ainda se referia a uma ação de escuta de demandas para traçar as ações voltadas para a população atingida.

Nessas ações aqui apresentadas sobre o desastre em Brumadinho, a psicologia está inserida em discussões e práticas sobre saúde mental, focando na perspectiva psicossocial. Visualizamos um protagonismo da saúde pública, exercido não apenas pela psicologia, na rede de saúde. Não foram identificados relatos sobre as práticas alinhadas à educação e sobre as ações de gerenciamento do desastre, de propostas mitigadoras e de prevenção.

CONCLUSÕES

Mapear as ações da psicologia de três grandes casos de desastres socioambientais envolvendo mineradoras e refletir sobre elas, é um trabalho que requer seguir diversos caminhos. A pretensão aqui não é abraçar todos eles e nem hierarquizar-los, mas sinalizar esses caminhos e abrir um diálogo, não como maneira de esgotá-lo, mas de contribuir para as práticas e para a ciência da psicologia nesses contextos.

Nota-se a importância da perspectiva psicossocial para a psicologia no contexto dos desastres, muito em decorrência da Atenção Psicossocial (RAPS), ser o espaço dentro da rede de saúde pública em que se discute especificamente o tema e ações a discutem a saúde mental, a exemplo da organização da equipe Conviver em Mariana, das falas do psicólogo Rodrigo Chaves Nogueira, que atuou desde as primeiras horas após o rompimento da barragem em Brumadinho.

Mas não basta nomear a ação como psicossocial

O preparo dos profissionais da atenção psicossocial para a atuação em desastre é sem dúvida uma temática que merece atenção. Para contemplar essa formação, não basta estipular técnicas, padronizar procedimentos e sequências a serem reproduzidas de forma descontextualizadas, como se passíveis de serem postos em práticas por qualquer profissional (independente da experiência, da linha de atuação), em qualquer ambiente, sem pensar numa articulação entre instituições, técnicos e atingidos (BENEVIDES, 2015, p.63).

A ação deve não só estar alinhada com todas/os as/os protagonistas de um desastre, mas que apoie e planeje conjuntamente com àquelas/es a quem mais interessa o serviço prestado, as/os atingidas/os. As estratégias assistencialistas voltadas para o apoio e proteção das/os atingidas/os, desqualificam sua capacidade de enfrentamento, ao estabelecer diretrizes verticalizadas, seguindo um modelo técnico-operacional, de prescrever e cumprir, barrando assim, a atuação da comunidade e articulações interdisciplinares.

Outro ponto que deve ser frisado é a participação dos conselhos da categoria nessas ações, através de uma escuta para com as/os atingidas/os pelos desastres, ou pelos encontros e cursos desenvolvidos para com as/os profissionais. Se faz importante ações multi e interprofissionais, mas a troca de saberes e práticas entre as/os psicólogas/os é fundamental para nos reconhecermos e estarmos mais alinhados para contextos como esses.

Tratando-se de atuações interprofissionais, visualizo como positiva as articulações e o envolvimento da psicologia com outras disciplinas, sempre em maior comunicação com a Assistência Social, Defesa Civil e Secretarias de Saúde. Mas deficiente em estratégias com as políticas de educação, isso não se restringe apenas ao levantamento aqui feito, na pesquisa desenvolvida “Práticas psicológicas no contexto dos desastres socioambientais urbanos em espaços educacionais” percebemos a escassez de produções e ações da psicologia nesse âmbito. Consideramos a necessidade de ações conjuntas de todos as/os profissionais implicados com a Educação, para que contribuam com a redução dos riscos de desastres, desconstruindo a concepção de que são inevitáveis e independentes da ação humana. (RIBEIRO et al, 2020b).

Chama a atenção, o fato das causadoras dos desastres também se interessarem pelo tema da saúde e apoio psicológico para com as pessoas atingidas, como a Vale em Brumadinho. Segundo a fala do psicólogo Rodrigo Chaves Nogueira, a Vale teve uma postura desqualificadora dos profissionais do território e do Sistema Único de Saúde, informando que traria outras/os profissionais de um hospital particular de São Paulo, pois eles saberiam lidar com a situação. Seria essa uma ação de se responsabilizar pelo desastre? Ou de se promoverem através de uma assistência?

Mas de qualquer maneira, se faz crucial espaços de formação e ações voltadas para atuação da psicologia em situações de desastres⁶, não só as causadas pelas mineradoras.

6 O CRP-03 da Bahia disponibilizou uma lista de textos sobre Psicologia das emergências e desastres. O levantamento foi realizado pela Comissão de Emergência e Desastres do CRP-RJ. Essas e outras trocas devem ser incentivadas.

Atualmente chuvas atingiram mais de 163 municípios da Bahia, causando enchentes e inundações que cobrem casas inteiras, todos eles estão com decreto de situação de emergência, segundo Superintendência de Proteção e Defesa Civil da Bahia (Sudec), mais de 815 mil pessoas são afetadas por essas chuvas, 101.256 permanecem desalojadas (G1, 2022).

A Psicologia tem se inserido nesse debate de maneira ativa, e é convocada com constância para se fazer presente, assim esse mapeamento almeja-se também dar visibilidade às ações da psicologia nos contextos de desastres socioambientais, demarcando a importância delas e os caminhos possíveis.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Leonardo. **PF indicia mais uma vez Vale, TÜV SÜD e funcionários por tragédia de Brumadinho**. Folha de São Paulo. 26 nov. 2021.

BARRETO, Leticia Cardoso; ROSA, Débora Diana da; MAYORGA, Claudia. **Comunidades sujas de lama: da destruição à resignificação e a resistência em Mariana/MG**. Psicologia & Sociedade [online]. 2020, v. 32

BENEVIDES, Lucia Rios da Silva. **A Atenção Psicossocial e as intervenções geradas em contextos de desastre: a experiência de profissionais em Teresópolis**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. 2015. Rio de Janeiro - RJ.

BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC**; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis No 12.340, de 10 de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p.1, abr. 2012.

CAMPOS, Nayara Rita Cardoso et al. **O gerenciamento das áreas de risco socioambiental urbanas no campo das políticas públicas**. In: Ímpeto. Maceió, v. 10, p. 123-131, 2020.

CARVALHO, Aline Cristina de.; BORGES, Ilma. **A trajetória histórica e as possíveis práticas de intervenção do psicólogo frente às emergências e os desastres**. In: Anais Eletrônicos - Artigos. V Seminário Internacional de Defesa Civil -DEFENCIL. São Paulo - 18, 19, 20 de Novembro de 2009.

CPF, CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia presente em Brumadinho**. CFP, 11 de fev. 2019. Brasil.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**, Resolução n.º 10/05, 2005.

Para a ter acesso a lista acesse: <https://crp03.org.br/chuvas-na-bahia-referencias-para-atuacao-em-psicologia-das-emergencias-e-desastres/>

CRP-MG. **Ação em Brumadinho realça a atuação plural da Psicologia.** CRP-MG, Minas Gerais, 07 de Fev. 2019.

CRP-MG. **A atuação da Psicologia nos crimes de Mariana e Brumadinho foram foco de debate no CRP-MG.** CRP-MG, Minas Gerais, 03 de Out. 2019.

G1. **Tragédia de Mariana, 5 anos:** sem julgamento ou recuperação ambiental, 5 vidas contam os impactos no período. G1, Belo Horizonte, 05 Nov. 2020.

G1. **Mais de 815 mil pessoas são afetadas pela chuva na Bahia.** G1, Bahia, 05 Jan. 2022.

GERGEN, Kenneth. **O movimento do construcionismo social na psicologia moderna.** Tradução portuguesa de Ercy José Soar Filho. Revista Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, SC, v.6, n. 1, p. 299-325, 2009.

LOPES, Reinaldo José. **Protestos ao redor do mundo marcam o primeiro fim de semana da COP26.** Super Interessante, Brasil, 06 Nov. 2021.

MOTA, Camilla Veras. **Sobreviventes de desastre de Mariana sofrem preconceito, e moradores pedem volta da Samarco.** BBC News, Marinha, 30 Out. 2017.

NOAL, Débora da Silva, RABELO, Ionara Vieira Moura e CHACHAMOVICH, Eduardo. **O impacto na saúde mental dos afetados após o rompimento da barragem da Vale.** Cadernos de Saúde Pública [online]. 2019, v. 35, n. 5.

ONU. **Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015- 2030.** A/CONF.224/L.2. Sendai, Japão. 07 Abr. 2015.

POLITIZE. **Barragem de rejeitos e os casos Mariana e Brumadinho.** Politize, Maceió, 19 Out. 2012.

PREFEITURA DE MARIANA. **Conviver ganhará sede em Mariana a partir desta segunda-feira, 2.** Prefeitura de Mariana, Mariana, 30 de ago, 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA; SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. **Atualização do Plano Municipal de Planejamento e Gerenciamento de Ações de Recuperação em Saúde após o rompimento da Barragem de Rejeito da Samarco em Bento Rodrigues, Mariana – MG.** PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA e SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, Mariana, set. 2019.

RODRIGUES, Teresa. **A Estratégia Internacional de Redução de Desastres. Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança.** Territorium 17, Coimbra, v.17. p. 223-227, 2010.

SÁ, Marcio Sensee e; WERNECK, Felipe. **Galeria: Começam as manifestações (e prisões) na COP 26.** ((o))eco. Brasil, 03 de nov. 2021.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. **O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios.** In: PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.24.1, 2017, p.214-241

SPINK, P. K. **Pesquisa de campo em psicologia social**: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicol. soc.** Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 18-42, dez. 2003.

UOL. **Desastre ambiental em Brumadinho. Mundo educação** - UOL. Goiás, "s.d."

VALÊNCIO, Norma. **Da 'área de risco' ao abrigo temporário**: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. In: VALÊNCIO, N. ; SIENA, M.;

MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J. C. (Org.). **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. Versão eletrônica - São Carlos : RiMa Editora, 2009. p. 34 - 47.

WANDERLEY, Luiz Jardim. **Por trás dos desastres e conflitos da mineração**. Ciência Hoje. Rio de Janeiro, 26 de Jun. 2019.

XAVIER, Náisia. Fapeal articula pesquisadores para atuar na questão do bairro do Pinheiro. Governo de Alagoas. 07 Fev. 2019.